

## **O GOVERNO COLLOR E AS PRIVATIZAÇÕES - Falência do setor carbonífero de Criciúma e sua influência no movimento migratório na década de 1990**

FÁBIO ESTIVALLET DI VAIA<sup>1</sup>

### **O contexto mundial, as eleições diretas e a figura de Fernando Affonso Collor de Mello no Brasil do final da década de 1980 e início da década de 1990**

A década de 1980 é por vezes conhecida como a década perdida da economia brasileira. Tal denominação ocorre devido à falência do chamado “milagre econômico” (1969-1973) posto em prática pelo regime militar e que configurou um alto crescimento econômico. Este não se sustentou devido às políticas de gastos sem limites e do alto endividamento junto ao FMI conduzidos pelo Ministro da Fazenda, Delfim Netto; situação que se agravou com a crise global do petróleo provocada pelos países do Oriente Médio a partir do ano de 1973 e culminou em um forte colapso na economia brasileira. Naquele contexto de turbulência econômica, o Brasil já se encontrava em um processo de abertura política e era discutida a possibilidade do retorno à democracia representativa através do voto direto. Rejeitada aquela que ficou conhecida como emenda Dante de Oliveira, em 1985, as eleições diretas se realizariam em 1989.

Em 1989, o candidato vencedor das primeiras eleições diretas para presidente da República pós-regime militar foi Fernando Affonso Collor de Mello, eleito pela população na disputa de segundo turno contra Luis Inácio Lula da Silva. Segundo Rodrigo de Carvalho (2012) a eleição de Collor se inicia com uma estratégia articulada junto à grande imprensa, de aparição no cenário nacional sob uma bandeira de

---

<sup>1</sup> Aluno regular do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH. Disciplina: Migrações contemporâneas: mediações, traduções e trânsitos entre o Global e o Local.. Professores: Emerson César de Campos e Gláucia de Oliveira Assis

moralização política e com a proposta do enxugamento do funcionalismo público, que o fez tornar-se conhecido sob o bordão de “caçador de marajás”.

Foi também no ano de 1989 em que o mundo passou por um grande processo de modificação. A queda do muro de Berlim, naquele mesmo ano, é considerada simbolicamente como o início da derrocada dos países socialistas. Para Rodrigo de Carvalho (2012, p.25) as transformações no mundo cederam espaço para um pensamento liberal radicalizado, o neoliberalismo, para outros, como o filósofo Francis Fukuyama, naquele momento estava sendo decretado o fim da História devido a adesão de grande parte do mundo aos governos democráticos e ao livre mercado liberal.

A fim de traçar um pequeno histórico sobre o neoliberalismo, é importante destacar que essa experiência de governo foi testada primeiramente no Chile, no ano de 1973, a partir da deposição e morte do então presidente Salvador Allende e tendo início na ditadura de Augusto Pinochet. Sobre esse modelo de política econômica implementada no Chile, Rodrigo de Carvalho afirma que:

Sua gestão [a de Pinochet] levou a cabo a aplicação de um modelo que transferia o papel do Estado, como instrumento de desenvolvimento e regulador de atividades econômicas, para as empresas privadas, por meio de um agressivo programa de privatizações. [...] A estabilidade do sistema, duradouro e sem riscos de mudança de rumos econômicos, era fundamental para atrair capitais privados em áreas até então estatais e garantir a longevidade de sua exploração econômica em um período ainda sob intensas lutas. (CARVALHO, 2012, p.25)

Em 1979, com certo êxito que esse estilo de administração econômica obteve no Chile, o neoliberalismo<sup>2</sup> ganha força, sobretudo na Inglaterra de Margareth Thatcher, a primeira ministra britânica que colocou em prática a cartilha do Estado mínimo. Rodrigo de Carvalho afirma que (2012, p. 27), em 1989, os principais economistas de instituições internacionais financeiras, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), instituíram um receituário de medidas que deveriam ser adotadas pelos países que pediam socorro a essas instituições. Ainda segundo o autor, na América Latina, a onda neoliberal não tardou a chegar e veio junto aos processos de redemocratização em

---

<sup>2</sup> É importante destacar que o conceito “neoliberalismo” está sendo utilizado aqui para identificar o modo como o liberalismo passou a ser adotado durante a década de 1970 no mundo ocidental. Pessoas com posicionamento político liberal tendem a rechaçar o termo, pois é considerado quase como algo pejorativo e muitas vezes é empregado justamente desta forma.

praticamente todos os países que estavam sob o comando dos militares – Carlos Salinas de Gortari no México (1988), Carlos Andrés Pérez na Venezuela (1989), Carlos Menem na Argentina (1989), Alberto Fujimori no Peru (1990) e, no Brasil, Fernando Affonso Collor de Mello (1989). Fernando Collor, assim como os demais citados, elegeu-se no Brasil sob a bandeira e o discurso da diminuição da presença do Estado na economia, bem como o da redução de custos – inclusive das despesas com proteção social – e alegando que com tais medidas ocorreriam a modernização das relações comerciais e industriais e a abertura econômica do país para o capital externo.

### **As centrais sindicais e as privatizações das empresas estatais**

Obviamente, nem todos receberam as ideias neoliberais com os braços abertos. Houveram também alguns movimentos sociais que se posicionaram contrários a esse modelo, principalmente os movimentos ligados a sindicatos de trabalhadores de empresas estatais que estavam nos planos de desestatização do governo. Rodrigo de Carvalho (2012, p.79) aponta que a CUT (Central Única dos Trabalhadores) foi a principal entidade a fazer oposição imediata ao novo governo e suas medidas econômicas liberais. Se durante as eleições a CUT ficou dividida entre o apoio a Lula ou a Collor; as medidas de restrição ao aumento do salário dos trabalhadores empregados como forma de conter a inflação, bem como o congelamento do salário mínimo acabaram por motivar a mais relevante articulação de oposição do movimento sindical contra o então eleito presidente. Ainda segundo o autor, o Plano Collor consistiu, a grosso modo, em reformas nas áreas monetária, financeira, fiscal, de comércio exterior, de câmbio e de controle de preços e salários.

O plano de privatizações consistia em ampliar a receita e cortar os gastos com empresas deficitárias. Uma propaganda do governo federal associava o Estado brasileiro a um paquiderme, lento, grande, e desengonçado. As privatizações faziam parte da reforma do Estado, mas em capítulo próprio. Motivadas pela convicção ideológica da necessidade de diminuir o papel do poder público como interventor, tinham ainda o objetivo de oferecer condições atraentes para os capitais externos, na tentativa de fomentar um novo ciclo de investimentos de multinacionais no país. Havia, assim, um duplo significado para o plano de privatização: a diminuição do tamanho e

das atribuições do Estado e a abertura econômica do país para o mundo. (CARVALHO, 2012, p.82)

Ainda segundo o autor (2012, p. 113), a lei nº 8.031/90 objetivou a substituição do papel do Estado na economia pela iniciativa privada alegando que esta conduziria o desenvolvimento das relações produtivas e de serviços com mais eficiência e rapidez. As privatizações, naquele momento, serviram também para reduzir a dívida pública, permitindo a retomada de investimentos a partir do capital acumulado com a venda de empresas e a eliminação de despesas com déficits estatais “A condução do Plano Nacional de Desestatizações ficou a cargo do BNDES e de uma comissão de doze membros efetivos indicados por Collor”. (CARVALHO, 2012, p.113) Naquele contexto foram 17 empresas estatais privatizadas ao longo do maior programa de desestatização do mundo até então, sendo que os valores aos quais as estatais foram adquiridas pelo setor privado foram questionados por serem considerados inferiores ao verdadeiro valor de compra e também por conta da substituição de todo um complexo siderúrgico nacional por um monopólio privado de produção (2012, p. 114).

### **O resultado das privatizações para as cidades catarinenses e o fluxo migratório como um dos sintomas**

O parque industrial do carvão em Santa Catarina foi projetado ainda durante o Período da Primeira Guerra Mundial, ocorrida entre 1914-1918 e ampliado devido à Segunda Guerra Mundial, 1939-1945, visando, neste último, a obtenção de carvão metalúrgico para o abastecimento da siderurgia nacional. Devido às características do minério, como nos aponta Mário Belolli, Joice Quadros e Ayser Guidi (2010, p.235), o carvão resultou como solução do sistema produtivo e do surgimento paralelo, nas décadas seguintes, de um complexo termelétrico em Santa Catarina.

Segundo Belolli, Quadros e Guidi (2010, p.124) muito embora a produção de carvão tenha aumentado, as grandes siderúrgicas nacionais tiveram suas capacidades ampliadas no mesmo percentual ou até mais que as carvoarias. A produção de coque

siderúrgico foi fortemente reduzida de 40% para 20% na década de 1980. A partir do ano de 1986, alguns fatores influenciaram negativamente, dentre eles, a estabilização do preço do petróleo, as frequentes greves na cadeia produtiva do carvão (mina, ferrovia, lavador, termelétrica, porto) que afetaram todo o sistema e reduziram drasticamente a atividade. De uma produção de CPL de 4,5 milhões em 1985, foi reduzida, em 1989, para 2,7 milhões de toneladas. A participação na produção de coque siderúrgico caiu para 5%. Ainda segundo os autores, já na década de 1990, ocorreram no governo Collor a retirada de subsídio do carvão energético e a desoneração das siderúrgicas de comprar o carvão metalúrgico, provocando a total paralisação da CPL e, conseqüentemente, a desativação do Lavador de Capivari, em 30 de novembro daquele ano. A consequência destes acontecimentos foi extremamente grave na área econômica e social em Santa Catarina. Ressalta-se também que a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) já havia paralisado as atividades de suas minas na região carbonífera do estado. Portanto, a realidade do setor carbonífero se modificou, sobretudo no final da década de 1980 e nos anos de 1990, devido a desregulamentação do setor realizada pelo Governo Federal.

Retirada a intervenção do Estado no sistema de produção, preços e comercialização do carvão, ficava estabelecido o fim da compulsoriedade de compra do carvão nacional e liberada a importação com alíquota zero. O setor carbonífero catarinense ficava, assim, entregue à própria sorte. Essa mudança radical e abrupta, sem qualquer planejamento, teve como consequência imediata a perda de mercado e a demissão de mais de 50% do efetivo de trabalhadores do setor carbonífero, estendendo toda à rede em que estavam envolvidos, direta e indiretamente, como a mineração, rede Ferroviária Federal, Lavador de Capivari de Baixo e o Porto de Imbituba, e outros segmentos de importância financeira. (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2010, p. 235-236)

Os autores ainda afirmam que:

A abrupta perda de mercado gerou uma crise sem precedentes, com reflexos em todos os setores da economia sul catarinense. A falta de renda e impostos que eram gerados foi repercutindo no comércio, na indústria e na prestação de serviços públicos e privados. (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2010, p. 236)

E é justamente esse o ponto central que liga a falência das indústrias carboníferas de Criciúma e região com o *boom* de emigrantes da cidade para os Estados Unidos durante a década de 1990. Como destacado anteriormente, naquele contexto, o

programa neoliberal vinha em uma crescente global e boa parte do mundo ocidental estava aderindo a esse tipo de política econômica. No Brasil não foi diferente e se, em 1989, com as eleições de Fernando Collor foram dados os primeiros passos para a abertura de mercado no país, a ideia da livre iniciativa pautada em uma ideia liberal conservadora já tinha adeptos, sobretudo nos meios midiáticos.

Entre os principais veículos midiáticos que a população brasileira tinha contato, a revista semanal *Veja*, publicada pela Editora Abril desde o ano de 1968 se destaca. A revista publicou entre os anos de 1990 e 1991 algumas matérias sobre as privatizações das empresas estatais, bem como uma matéria de capa sobre a migração de brasileiros para outros países, principalmente EUA, Japão, Inglaterra e Itália.

Em 7 de maio de 1990, o presidente da República, Fernando Collor de Mello, visando a privatização, autorizou o fechamento das minas Carbonífera Próspera, subsidiária da CSN, representando a desativação da maior mineradora de Santa Catarina, que atuava nos municípios de Criciúma, Içara e Siderópolis desde a década de 1940. A política do Presidente Fernando Collor, além de reduzir drasticamente o número de empregos relacionados ao carvão, provocou o endividamento das empresas, o que dificultou ainda mais os trabalhos necessários à correção ambiental que passaram a ser discutidos em Criciúma nos anos 1990 após um encontro promovido pelo jornal Diário Catarinense e intitulado *Santa Catarina no Caminho do Primeiro Mundo*. (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2010, p.266)

Tal ação do governo não passou despercebida pela imprensa. A revista *Veja* noticiou esse programa de privatizações. Na edição de 16 de maio de 1990, o semanário destacou as demissões realizadas por Fernando Collor e a luta dos trabalhadores pela manutenção de seus direitos.

Na quarta-feira passada, Collor convocou uma grave reunião no Palácio do Planalto, à qual compareceram ministros, secretários e líderes do governo, e falou duro [...] Em seu discurso, Collor entrou no prato principal – avisou que de agora em diante o ministério tem que cortar fundo os gastos públicos. Sem enfiar a faca na máquina estatal não há como o plano dar certo, pelo bom motivo de que o governo não pode gastar mais do que arrecada. O presidente reafirmou a meta de que pretende demitir 360.000 funcionários públicos,

tarefa hercúlea equivalente a mandar embora o triplo dos metalúrgicos que trabalham nas montadoras de automóveis do ABC paulista.<sup>3</sup>

Demitir 360.000 funcionários significa enxugar quase um quarto de todos os servidores federais da administração direta e indireta. Mais do que isso, Collor afirmou que tais medidas têm um prazo – 18 de junho próximo. O presidente também anunciou a liquidação de inverno das empresas estatais, que deve começar pela venda da Usiminas [...] <sup>4</sup>

Já na edição de número 1131, intitulada “*Na linha de tiro*”, publicada em 23 de maio de 1990, a revista aborda uma ocupação ocorrida na CSN. A matéria de apenas uma página destaca os embates travados nesse processo de privatização.

A Companhia Siderúrgica Nacional, que tinha 20.000 trabalhadores, está incluída na primeira lista de estatais a serem privatizadas pelo governo federal. Para que isso seja possível, no entanto, a direção da empresa está encarregada de pôr em andamento um projeto capaz de tirá-la do vermelho – no ano passado, a companhia deu um prejuízo de 200 milhões de dólares. Uma parte substancial desse projeto é o corte de pessoal. A proposta inicial era demitir quase 5000 trabalhadores das unidades do Rio de Janeiro e Volta Redonda e da mina de carvão de Criciúma, a 200 quilômetros de Florianópolis. Na segunda-feira passada, quando a empresa iria divulgar os nomes da primeira leva de 2000 funcionários demitidos da fábrica de Volta Redonda, os trabalhadores começaram a agir.<sup>5</sup>

E ainda, destaca o caso de Criciúma dentro do cenário nacional da disputa.

Em Criciúma, onde foram demitidos 1.700 trabalhadores, também chegou-se à conclusão de que há outras alternativas antes de decretar o fechamento puro e simples da mina. Uma delas é empurrar a empresa para o governo do Estado de Santa Catarina. A outra, entregá-la para os próprios trabalhadores, que se tornariam empregados e acionistas ao mesmo tempo – assim, aqueles 1700 trabalhadores ainda tinham esperança de que sua situação pudesse ser revista. Na semana passada, portanto, os demitidos em situação irreversível eram os 1.400 das empreiteiras privadas que prestavam serviço para a CSN – ou seja, os cortes nos gastos, em matéria de estatais, ainda não haviam atravessado as fronteiras do governo.<sup>6</sup>

Segundo Belolli, Quadros e Guidi (2010, p.236) Em 11 de setembro de 1990, quatro meses após a publicação da matéria pela revista, a CSN publicou o edital de concorrência para a venda de suas minas, instalações e equipamentos em Criciúma,

---

<sup>3</sup> "Na linha de tiro". Estatais. Revista Veja, 23 de maio de 1990 (Acervo Digital Online/Veja).

<sup>4</sup> ibidem

<sup>5</sup> "Na linha de tiro". Estatais. Revista Veja, 23 de maio de 1990 (Acervo Digital Online/Veja).

<sup>6</sup> ibidem

Içara, Siderópolis e Forquilha, cuja decisão, ao final de agosto de 1991, foi favorável a Realdo Santos Gugliemi, que constitui a Nova Próspera Mineração S.A. Com a portaria 801, de 17 de setembro de 1990, o governo federal desregulamentou todo o setor. O Lavador Capivari foi fechado em novembro daquele ano e em 1992 parou a produção da ICC, liquidando-a por completo em 1994. Com a queda da renda familiar e dos impostos, a crise se refletiu no comércio e obrigou os cidadãos a encontrarem alternativas para seus negócios e renda pessoal e, foi aí, dentre várias possibilidades, que muitos optaram por investir em projetos migratórios.

### **O fluxo migratório e o transnacionalismo entre Criciúma e EUA nos anos de 1990**

Segundo Emerson César de Campos e Glaucia de Oliveira Assis (2009), os primeiros emigrantes cricumenses partiram rumo aos Estados Unidos em meados da década de 1960, mas foi no início dos anos de 1990 que esse fluxo tornou-se significativo tanto para aqueles que partiam, quanto para aqueles que ficavam na cidade. Ainda segundo os autores (2009, p.91), a partir de 1989, com o corte de subsídios fornecidos aos mineradores para a extração do carvão, a cidade sofreu um forte impacto na possibilidade de geração de empregos e teve sua economia enfraquecida, o que fez com que o fluxo migratório se invertesse.

Se antes Criciúma recebia muitas pessoas vindas de fora devido ao forte setor do carvão e da cerâmica, agora Criciúma passava a ser “fornecedora” de emigrantes para outras localidades. Ainda nas palavras de Assis e Campos (2009), muitos desses emigrantes possuíam passaportes italianos, uma vez que eram descendentes de imigrantes italianos que chegaram ao Brasil no final do século XIX. Muitos também se arriscaram através da fronteira do México, ou entraram nos EUA e acabaram estabelecendo residência com o visto de turistas ou até mesmo de forma ilegal. Como dito anteriormente, já havia ocorrido um movimento migratório de Criciúma para os EUA durante as décadas de 1960 e 1970. O fluxo migratório desse período é protagonizado por uma classe média proveniente do setor cerâmico e carvoeiro, além de uma classe média urbana, disposta a adquirir bens de modernidade e a viajar para os Estados Unidos, afinal, desde a década de 1940 houve uma enorme difusão da cultura

estadunidense no Brasil, que foi cuidadosamente elaborada pelo governo dos EUA com o objetivo de fazer a classe média brasileira consumir cada vez mais os produtos culturais estadunidenses<sup>7</sup>.

Contudo, retornando à questão do setor do carvão; o impacto das privatizações dessas empresas estatais teve influência tanto no social quanto em termos econômicos na região e, parece-me motivo forte o suficiente para ser investigado não só porque muitas pessoas foram obrigadas a buscar novos rumos para suas vidas, mas também porque os fenômenos migratórios do final do século XX são caracterizado pela questão do transnacionalismo, o que faz com que pessoas que mudaram para outras localidades continuem participando da vida da localidade antiga, principalmente investido nela financeiramente, algo que não ocorria nas migrações do século XIX. Portanto, emigrantes acabam tendo influência (in)direta no desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade com o passar dos anos mesmo residindo em outras localidades.

Segundo Stephen Castles (2005, p.17) migrar implica estabelecer residência durante um período de no mínimo seis meses ou um ano, normalmente com o intuito de trabalhar ou de estudar nesse novo lugar. Para o autor (2005, p.15-16) as migrações são resultado do desenvolvimento econômico e social e podem contribuir para o maior desenvolvimento e melhoria das condições econômicas e sociais de um determinado lugar, bem como ao contrário, estabelecendo a estagnação ou a falência do mesmo.

Já Sayad Abdelmalek destaca também outro fator importante nos movimentos migratórios.

Uma das características fundamentais do fenômeno da imigração é que, fora algumas situações excepcionais, ele contribui para dissimular a si mesmo sua própria verdade [...] A imigração parece destinada a uma dupla contradição: não se sabe se se trata de um estado provisório ou mais duradouro. (ABDELMALEK, 1998, p.45)

---

<sup>7</sup> Para saber mais sobre a difusão da cultura estadunidense no país no pós guerra ver: ASSIS, G. O., CAMPOS, Emerson César. De volta para Casa: a reconstrução de identidades de emigrantes retornados. Tempo e Argumento – Revista do Programa de Pós- graduação em História. V.1, p.80 – 99, 2009.

Como destacado no artigo de Assis e Campos (2009), as entrevistas realizadas por eles foram feitas com criciumenses que retornaram dos EUA e que por lá ficaram por mais de dois anos, sendo que o fluxo de retorno ao Brasil se intensificou a partir do ano de 2007, o que caracteriza na maior parte dos casos um estado de migração provisória.

É importante destacar ainda que, como se trata de um movimento recente, retornar, partir, ficar se misturam na vida desses migrantes, configurando uma circularidade de pessoas e projetos que tem modificado a dinâmica da cidade, com impactos não apenas na vida econômica, mas nas identidades dos sujeitos que vivem esse processo. (ASSIS; CAMPOS, 2009, p. 82)

Desta forma, podemos perceber algumas questões nesse movimento de ir e vir entre Criciúma e os EUA, sendo elas: 1) A questão do transnacionalismo; 2) O impacto social ocorrido na economia da cidade de Criciúma por conta desse fluxo; 3) O impacto econômico que ocorre nessa relação de ir e vir dos cidadãos criciumenses e o modo como estes investem parte do dinheiro adquirido nos EUA em negócios na cidade de Criciúma e no bem estar de seus parentes que nela permaneceram.

Para Castles (2005, p.15) as migrações internacionais despontaram como um dos principais fatores de transformação e desenvolvimento social em todas as regiões do mundo a partir da segunda metade do século XX. O autor destaca também que a questão parece ter ganhado relevância ainda maior no século XXI, sendo que essas migrações contemporâneas resultaram da integração de comunidades locais e de economias nacionais em relações globais causando transformações tanto nos países emissores, quanto nos países receptores. Diferentemente da migração do século XIX, onde dificilmente a pessoa retornaria para a sua terra natal – mesmo que o retorno seja eternamente idealizado por ela –; as migrações contemporâneas permitem uma facilidade maior para que esse retorno ocorra, e também para que exista contato entre os emigrantes e seus parentes e conhecidos que permaneceram em seu local de nascimento, configurando assim os movimentos transnacionalistas. Para que ocorra a transnacionalidade, os migrantes utilizam-se dos avanços tecnológicos, tais como: a internet; ligações telefônicas mais baratas, fáceis e com melhor qualidade; mensagens de texto; viagens aéreas a preços baixos; comunicação por ferramentas virtuais como e-

mail, redes virtuais de interação social; dentre outras, que permitem o contato com parentes e amigos e a participação na vida da antiga cidade, mesmo que à distância.

E é justamente essas relações comunicacionais e de ida e retorno destacadas nos estudos migratórios que possibilita estudar o transnacionalismo através de uma perspectiva de História do Tempo Presente.

Marieta de Moraes Ferreira (2000) afirma que durante o século XIX, a “história recente” tornou-se um objeto problemático para os historiadores por conta da noção de História que se tinha à época, que era definida como uma ruptura entre passado e presente e atribuía à disciplina a interpretação do passado. Julgava-se que somente os indivíduos possuidores de formação especializada poderiam executar corretamente essa tarefa de análise e escrita historiográfica. Se durante aquele período se acreditava que somente os historiadores eram capazes de interpretar os traços materiais do passado, o trabalho destes profissionais só poderia iniciar verdadeiramente a partir do momento que não mais existissem testemunhos vivos do mundo estudado. Essa visão só veio a ser questionada posteriormente por alguns historiadores como Louis Halpphen, Alphonse Aulard e Pierre Renouvin, na França, promovendo as primeiras pesquisas contemporâneas acadêmicas de história francesa, porém, a desconfiança sobre o tempo presente permaneceu viva ainda por mais alguns anos.

Com novos aportes analíticos fornecidos pela *Escola dos Annales* a partir da década de 1930, bem como a virada linguística na década de 1970, a historiografia passou a dar uma atenção maior para o presente.

François Hartog (1996) afirma que a expressão “moderno regime” significa um período em que o ponto de vista do futuro domina a historiografia. A palavra-chave é *Progresso*, História é entendida como processo e o Tempo é interpretado como se tivesse que se direcionar para um fim (progressão). O fim deste regime moderno significaria que não é mais possível escrever história do ponto de vista do futuro e que até o passado, a exemplo do futuro, torna-se imprevisível ou mesmo opaco, devendo ser constantemente reaberto, resignificado, reexplorado, o que caracterizaria um novo

regime de historicidade<sup>8</sup>. Desta forma, destaca-se a importância em compreender as modificações dentro do próprio presente ocasionadas pelos fluxos migratórios e a influência destes movimentos na vida social, cultura e econômica das pessoas tanto dos países receptores, quanto dos países fornecedores de emigrados.

Sendo assim, fica evidente tanto se partirmos da teoria de Castles quanto da experiência empírica das entrevistas realizadas por Assis e Campos, a constatação de que ocorreu um impacto social em Criciúma durante a década de 1990 que fez com que cidadãos – geralmente de classe média – colocassem em prática um projeto migratório que resultou em mudanças para o cenário local, tais como: a abertura de novos estabelecimentos comerciais voltados para a diversão em Criciúma influenciados pela cultura noturna dos EUA; o consumo de novos produtos por conta da verba extra que entrava para os habitantes que possuíam parentes que haviam emigrado; investimento em imóveis na cidade de Criciúma; envio de dinheiro para seus parentes que poderiam vir a migrar posteriormente ou que gostariam de permanecer investindo em negócios na cidade; aumento dos preços dos imóveis na cidade brasileira e etc; caracterizando o que Stephen Castles define da seguinte forma:

As migrações são resultado do desenvolvimento econômico e social. Por sua vez, elas podem contribuir para maior desenvolvimento e para a melhoria das condições econômicas e sociais; como também podem ajudar a promover a estagnação [...] As migrações contribuem para a erosão das fronteiras tradicionais entre línguas, culturas, grupos étnicos e Estados-nação, assim desafiando as tradições culturais, a identidade nacional e as instituições políticas, e contribuindo para o declínio do Estado-nação (CASTLES, 2005, p. 15-16)

Segundo Assis e Campos (2009, p.89) o contato transnacional é traduzido em investimentos nas cidades de origem, que movimentam o comércio local – notadamente a construção civil, que movimenta o mercado imobiliário – e que também fazem surgir microempresas, financiadas por dólares que os familiares recebem. São recorrentes os relatos de negócios que abriram e fecharam, montados com os dólares da migração, sendo que, em muitos casos, os motivos para esses fechamentos tenham sido a insuficiência do capital acumulado para manter o negócio funcionando, o que fazia com que a conexão entre Criciúma e Boston se intensificasse (2009, p. 91).

---

<sup>8</sup> Para saber mais sobre os regimes de historicidade, ver: HARTOG, François. "**Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo**". Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

Se por um lado Criciúma passou por uma crise nos anos de 1990 devido a falência do setor responsável pela maior parte dos lucros obtidos pela região até então, por outro, a cidade se inseriu dentro de um contexto global configurando uma rede transnacional entre seus moradores e seus cidadãos que emigraram sobretudo para a cidade de Boston nos EUA. A cidade também testemunhou outros setores das suas atividades se desenvolverem, assim como a falência por completo de outros.

No ano de 1991, a revista *Veja* publicou uma matéria abordando esse fluxo migracional crescente. Na matéria de capa do periódico intitulada “*O grande êxodo: como é a vida dos brasileiros que partiram para o primeiro mundo*”, de 7 de agosto de 1991, destaca-se o grande movimento migratório de meados dos anos de 1980 e início dos anos de 1990. A matéria não se refere exclusivamente à cidade de Criciúma, mas demonstra um pouco sobre o movimento transnacional que caracteriza esse movimento que se encerrou em 2001<sup>9</sup>. A matéria intitulada “O povo da diáspora” afirma em seu subtítulo que “Com mais de 600.000 brasileiros vivendo no Primeiro Mundo e outros 130.000 saindo do país a cada ano, o país vive seu grande êxodo”. É interessante notar que a revista apresenta algumas informações largamente estudadas hoje sobre os movimentos migratórios já naquele período como, por exemplo, o fato de o país ser antes um receptor de imigrantes e agora um fornecedor; a demanda crescente pela obtenção de cidadanias, sobretudo italiana, pelos brasileiros que deixavam o país movidos por promessas de novas conquistas; e a submissão a empregos considerados muitas vezes “indignos” pelos quais esses brasileiros migrantes se submetiam em outros países, mas que dificilmente ocupariam esses postos aqui no Brasil.

Só na terça-feira passada havia 116 pessoas na fila do consulado, das quais 79 pediam certidão de cidadania ou passaporte. Desses, 38 tinham planos de emigrar, 24 deles imediatamente. Eram estudantes (oito), comerciantes (cinco), engenheiros (quatro), professores (quatro), aposentados (dois). Havia ainda arquiteto, marceneiro, funcionária pública, jornalista, dona de casa, psicóloga, nutricionista, ator, agente de turismo, artista plástico e um técnico em computação – uma amostragem das profissões da classe média brasileira.

---

<sup>9</sup> Não que não exista mais grupos de pessoas que estejam deixando seus países para buscar ganhar a vida em outras localidades, porém, os atentados de 11 de setembro de 2001 dificultaram o fluxo migratório que nos anos de 1990 era mais fácil. Estipulei esse fim de forma arbitrária, mas os movimentos migratórios pós 2001 com certeza podem ser lidos também dentro dessa perspectiva transnacional, mas devem levar em conta em seus estudos a influência deste evento.

O grande êxodo atinge principalmente a classe média, pessoas que não passam dificuldades materiais imediatas.<sup>10</sup>

E ainda:

A dupla cidadania, que o Brasil não aceita oficialmente mas tolera na prática, tem o dom mágico de transformar cidadãos do Terceiro Mundo, que nenhum país rico quer como residente, em imigrantes de primeira classe. Com seu passaporte italiano, obtido graças a um avô imigrante, o paulista Ronaldo Miotto, de 38 anos, conseguiu se estabelecer em Londres, há quase três anos, trabalhando na cozinha de um restaurante japonês. “Se não tivesse família no Brasil, não voltava nunca mais”, confessa.<sup>11</sup>

A matéria citou pessoas das mais variadas profissões que estavam buscando ganhar a vida fora do Brasil. Contudo, o que todos esses emigrantes tem em comum, apesar das diferentes profissões e formações, é que todos partilhavam de um determinado projeto migratório que, segundo Campos e Assis, geralmente gira em torno do seguinte sonho:

Trabalhar e reunir uma poupança que possibilitasse comprar uma casa e um carro e montar um negócio no Brasil – esses bens significariam o sucesso do projeto. Assim, o projeto migratório era construído como temporário, e o retorno ao Brasil era parte desse projeto. (ASSIS; CAMPOS, 2009, p.81)

Obviamente, nem tudo é tão bom para esses emigrantes como a revista faz parecer nesses trechos destacados. Possivelmente os trabalhadores citados pela matéria, “se” conseguiram o visto para deixarem o Brasil naquele período, possivelmente não conseguiram trabalhar em suas determinadas áreas profissionais fora do país. O trabalhador imigrante, quando não em casos específicos, arruma emprego apenas em atividades voltadas ao trabalho braçal. Portanto, parece haver até certa contradição se compararmos os trechos anteriores, com o trecho destacado a seguir.

Na pesquisa, Calligaris [especialista consultado pela reportagem da revista para falar sobre o fenômeno] detectou a forte presença de emigrantes de classe média e se espantou que aceitem no exterior trabalhos humildes que jamais fariam no Brasil, “O olho do outro é um censor terrível”, diz a psicanalista Anna Verônica Mautner, de São Paulo. “A classe média

---

<sup>10</sup> "O grande êxodo". Vida brasileira. Revista Veja, 07 de agosto de 1991 (Acervo Digital Online/Veja).

<sup>11</sup> ibidem

emigrada não tem a seu lado os parentes ou os antigos vizinhos. Por isso, sente-se liberada para executar trabalhos braçais<sup>12</sup>.

## **Conclusão**

Em suma, podemos concluir que o projeto migratório, especificamente aqui discutido o caso da cidade de Criciúma em Santa Catarina, ocorreu devido às mudanças nas práticas de consumo e econômicas na cidade no início dos anos de 1990, resultado de privatizações de empresas responsáveis pelo giro do fluxo de capital econômico na cidade do qual fez com que pessoas tanto relacionadas diretamente como indiretamente a essas indústrias optassem por aderir a um projeto migratório que estava em alta naquele contexto de final dos anos de 1980 e anos 1990 e englobou também outras cidades brasileiras devido relativa facilidade migratória naquele contexto. Além disso os contatos com pessoas que tiveram essas experiências, bem como a facilidade na comunicação com pessoas que já se encontravam fora do Brasil possibilitou a criação de um imaginário sobre migração na classe média brasileira que, movida por alguns sonhos em comum, optaram por assumir o risco de deixar o país mesmo que isso significasse ter que assumir posições de emprego que dificilmente seriam assumidas no Brasil devido à questões de classe, mesmo em períodos de extrema dificuldade econômica e de falta de emprego disponível no mercado de trabalho brasileiro.

## **REFERÊNCIAS**

---

<sup>12</sup> "O grande êxodo". Vida brasileira. Revista Veja, 07 de agosto de 1991 (Acervo Digital Online/Veja).

## **FONTES DOCUMENTAIS**

VEJA. São Paulo. Acervo Digital Online/Veja, [1988-1991].  
Disponível em <<http://acervoveja.digitalpages.com.br/home.aspx>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

## **BIBLIOGRAFIA**

ASSIS, G. O., CAMPOS, Emerson César. **De volta para Casa: a reconstrução de identidades de emigrantes retornados**. Tempo e Argumento – Revista do Programa de Pós- graduação em História. V.1, p.80 – 99, 2009.

BELLOLLI, Mário et al. **A História do Carvão de Santa Catarina**. BELLOLLI, Mário; GUIDI, Ayser; QUADROS, Joice; Criciúma, Meg 2010. V. II 315 p.

FERREIRA, Maria de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº3, p.111-124. Maio/jun., 2000

HARTOG, François. **Regime de Historicidade** [Time, History and the writing of History – KVHAA Konferenser 37:95-113 Stockholm 1996]. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>

CARVALHO, Rodrigo de. **A Era Collor. Da eleição ao Impeachment**. São Paulo, fundação Maurício Gabrois: Anita Garibaldi, 2012. 324 p.

CASTLES, Stephen. **Migrações internacionais no limiar do século XXI: questões e tendências globais**. In: CASTLES, Stephen. Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: os trabalhadores convidados às migrações globais. Fim de Século, 2005, p. 15-43.

SAYAD, Abdelmalek. **O que é um migrante?** In: A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Editora da USP, 1998. P.45-72.